

Até quando? *Bullying* na escola que prega a inclusão social

Luciene Regina Paulino Tognetta *

Telma Pileggi Vinha**

Resumo

Não há quem não conheça casos de constrangimentos a que escolares são submetidos continuamente por seus colegas. Infelizmente o fenômeno *bullying*, termo inglês que significa intimidação, encontra-se mais disseminado do que se supõe. Numa investigação com 400 alunos de escolas públicas e particulares brasileiras, é comprovada a ocorrência de atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, entre tais alunos. O estudo foi motivado pelas angustias e preocupações de escolas que sozinhas não têm conseguido resolver problemas de violência que se manifestam no seu interior. Quando entrevistadas com finalidades diagnósticas da situação que vivem, crianças e adolescentes apontam para o *bullying* como um problema sério que as atinge. No entanto, os dados mais significativos encontrados por essa investigação dizem respeito a uma questão que, propositalmente, fora inserida no questionário sobre *bullying* (baseado nos experimentos de Dan Olweus): crianças e adolescentes são menosprezados, humilhados ou zombados pelos próprios professores. Tal afirmação nos permite concluir que há ainda na escola uma lacuna quanto às formas pelas quais educadores de diferentes níveis escolares intervêm nos conflitos cotidianos, assim como pensam a formação moral de seus alunos.

Palavras-chave: *Bullying*; Relação professor-aluno; Escola.

Until when? *Bullying* at the school that preaches social inclusion

Abstract

There is not a person who has never heard of cases of embarrassment to which students are continuously submitted to by their classmates. Unfortunately, the phenomenon called *bullying*, a term in English that means harassment, is more widespread than one can assume. There is evidence from a study of 400 Brazilian public and private school students, of the occurrence of physical or psychological violence acts, intentional and repeatedly, among such students. The study was motivated by the anguish and worries of school that have not been able to solve the problem of violence within them all by themselves. When interviewed for a

* Doutora em Psicologia Escolar pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.

** Doutora em Psicologia, desenvolvimento humano e educação e professora da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil.

diagnosis of their situation, children and adolescents point out bullying as a serious problem reaching them. However, the most significant data finding of this investigation relates to a question that was purposely inserted in the survey about bullying (based on the experimentations of Dan Olweus): children and adolescents are overlooked, humiliated or mocked by their own teachers. Such statement allows us to conclude that in school there is still a gap concerning the ways educators at different school levels intervene in the daily conflicts, as well as think about the moral shaping of their students.

Keywords: Bullying; Teacher-student relation; School.

Introdução

Tão importante quanto a indisciplina na escola, as situações de violência que atingem os pares urgem por uma melhor compreensão de suas características para que se possam apontar possibilidades de soluções que ajudem meninos e meninas, crianças e adolescentes a superar um problema em suas relações interpessoais, mas cuja essência está intrincada nas relações intrapessoais. Falamos do *bullying*, uma faceta da violência que machuca, mas que para muitos educadores se encontra longe de ser entendida e mesmo legitimada como uma forma de violência. Diferentes pesquisas têm nos atestado tais fatos: quando se fala da violência na escola, o locus central do problema parece ser os sinais de desobediência às ordens de quem impõe as regras na escola (NOGUEIRA, 2004; TOGNETTA, 2008; TOGNETTA; VINHA, 2008). À revelia, crianças e adolescentes são intimidados, menosprezados, diminuídos, ameaçados por seus pares sem que as autoridades na escola queiram sequer perceber que há um problema, ainda que não lhes afete diretamente.

Nosso cotidiano em escolas permite-nos afirmar que há ainda muitos professores que desconhecem tal fenômeno da intimidação entre pares. Sim, sabem da violência, mas apenas a reconhecem quando são tomados eles próprios como alvo. Uma pesquisa do Ministério da Educação do Governo Brasileiro realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em 2009 revela que 90% dos professores entrevistados identificam-se como vítimas da violência de seus alunos. São meninos e meninas que desobedecem, desrespeitam e ameaçam a autoridade na escola. No entanto, ao fazermos um diagnóstico da realidade escolar, qual é a surpresa de inúmeros professores quando podem constatar que seus alunos apontam outros culpados e vítimas para a violência na escola. Pela urgência de se estudar outras formas de maus-tratos como o *bullying*, cujas características são peculiares, e pela atual necessidade de se considerar o outro lado das pesquisas sobre violência na escola e suas direções, é que apresentaremos as investigações que temos conduzido no Brasil.

Contextualizando o fenômeno do ponto de vista psicológico

É imperativo nos dispormos à tarefa de mapear o problema da violência na escola, em especial o *bullying*, para que possamos, num primeiro passo, sensibilizarmo-nos com a desmedida falta de ética a que são submetidos nossos alunos. No Brasil diferentes autores, a partir dos primeiros diagnósticos traçados por Dan Olweus, têm se dedicado ao estudo desta forma peculiar de violência (1998), obtendo resultados bastante parecidos com aqueles encontrados por Avilés e Casares (2005), Almeida e colaboradores (2005; 2007), Del Barrio (2003) entre outros...

Começemos por situar o problema chamado *bullying*. Do inglês *bull* vem o sentido de intimidação para a língua portuguesa. Do touro, a força que assola, menospreza, que diminui o outro. *Bullying*, como já bastante definido em meios acadêmicos, diz respeito às formas de intimidação, de humilhação e menosprezo e conta com ao menos cinco características marcantes.

Tomemos como exemplo, a fim de ilustrar as características do fenômeno, do ponto de vista psicológico do qual tratamos, um belo clássico do cinema que reproduz situações de *bullying* a que são submetidos dois personagens principais, autor e alvo: Ponte para Terabítia (2007) apresenta a história de dois heróis que superam a condição de vitimização que experimentavam na escola.

Jesse, numa família de outras três irmãs, é o penúltimo filho. Sofria a indiferença do pai que deixava evidente sua preferência pelas meninas, principalmente pela menor. Sofrendo um menosprezo explícito de seus sentimentos, Jesse vai à escola e lá, como lugar propício à experiência entre iguais, encontra seus algozes que o ridicularizam por usar os tênis de sua irmã mais velha, por ter gostos diferentes dos demais (era um exímio desenhista, retirado em suas fantasias), por morar em uma região afastada dos centros urbanos... Essas e tantas outras formas de ridicularização evidenciam a primeira das características do fenômeno estudado: trata-se de uma forma de violência entre pares, ou seja, não há desnível de poder ou de autoridade entre aqueles que participam. Portanto, não chamaríamos de *bullying* uma forma de constrangimento exercida pelo professor sobre o aluno como acontece, por exemplo, na sala de Jesse e nem o autoritarismo do pai.

A segunda característica que explica o fenômeno é a repetição. Não são brincadeiras ao acaso, Jesse é vitimizado sempre: no ônibus, em sala de aula, na brincadeira do recreio. São sempre atos direcionados a um alvo, a uma vítima, por repetidas vezes. E existe uma terceira característica a ser considerada: há a intenção de ferir. Autores de *bullying* escolhem intencionalmente seus alvos, e estes são exatamente aqueles que por razões psicológicas parecem concordar com a imagem que seus algozes querem fazer dele: as vítimas sentem-se diferentes pela roupa que vestem, pela maneira como se relacionam,

pelas diferenças físicas ou psicológicas, trejeitos e, principalmente, por sentirem-se pouco seguros com relação ao respeito que nutrem por si mesmos, como é o caso de Jesse.

Isso explica porque nem todos aqueles que são escolhidos como alvo de *bullying* permanecem nessa condição. Somente aqueles cujas imagens de si empobrecidas revigoram as características postas em evidência pelos autores de *bullying* são tomados como vítima. Ressaltemos aqui a presença da segunda personagem deste filme: Leslie é também, no começo de seu relacionamento, alvo de constante sarcasmo por seu tipo físico, por sua conduta em participar de brincadeiras “ditas” de meninos, por sua facilidade em criar fantasias. Leslie é uma menina, também sonhadora, mas que ao contrário de Jesse, resiste a se tornar vítima. Sustenta sua diferença, não demonstrando medo de seus agressores.

Resta-nos a quinta característica: não há *bullying* sem que haja um público a corresponder com as apelações de quem ironiza, age com sarcasmo e parece liderar aqueles que são expectadores. É verdade que, enquanto autoridade, muitas vezes não ficamos sabendo dos problemas que passam nossos alunos entre si. Talvez isso também explique porque tem sido tão difícil para os professores considerarem que há sofrimento em jogo.

Contudo, o fato de não contarem para suas autoridades, propositalmente, fortalece outro fato interessante: autores de *bullying* precisam fazer com que seu público os venere sabendo de suas proezas. Dão um jeito: ou mandam recado, ou contam sobre suas ações... E o público, por sua vez, quase que em sua totalidade, amedrontado com a possibilidade de se tornar “a próxima vítima”, parece concordar com as ações dos autores, mesmo que seja pela indiferença ou pura aceitação. É o que podemos assistir nas cenas de escola do filme *Ponte para Terabítia*.

Postas tais características, passemos então à pergunta recorrente entre os mais diferentes educadores: o que fazer? É exatamente visando responder a tal questionamento que apresentamos, a seguir, as investigações realizadas no Brasil diante da necessidade de se repensar nas escolas as possíveis intervenções que podemos utilizar para vencer este problema.

Um recorte de realidades brasileiras

Foi com Fante (2005) que tivemos as primeiras reflexões sobre o *bullying* e suas consequências no cotidiano de escolas brasileiras. No interior do estado de São Paulo, Fante mapeia as primeiras alusões a tais manifestações de violência, que, na verdade, como apontado por Olweus e outros tantos autores, já existem desde há humanidade e relacionamento entre pares. O que as novas investigações fazem, no campo das ciências, é apontar as características desta face da violência e nomeá-la como *bullying*, cujas implicações e

formas de embate são diferentes, como pudemos constatar ao caracterizar o problema. Dados da região de São José do Rio Preto foram tomados como testemunho de que havia entre crianças e adolescentes brasileiros sinais de violência entre pares: 66,92% dos entrevistados dizem sofrer algum tipo de violência na escola, sendo 25,56% casos de *bullying*.

Preocupados com as ações que este diagnóstico nos instigava a ter, organizamos uma investigação da mesma natureza na região metropolitana de Campinas, também interior do estado de São Paulo. A pesquisa, realizada no ano de 2004, foi empreendida em dois estudos: o primeiro consistiu em diagnosticar a existência de casos de *bullying* entre estudantes de sexto ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares de tal região (TOGNETTA et al., 2007).

Buscamos identificar a presença do fenômeno *bullying* entre os alunos de sexto ano do Ensino Fundamental investigando 210 crianças, sendo 105 alunos de escolas públicas e 105 alunos de escolas particulares, na cidade de Campinas e região. A escolha pela faixa do sexto ano foi motivada pelo fato de esta série ser ainda rotulada como problemática por se referir a uma passagem de ciclos: do fundamental I ao fundamental II. A mudança da nomenclatura desses ciclos ainda não resultou no esquecimento da ruptura que existia entre a antiga escola primária e ginásial. Outros objetivos buscados nesta investigação foram constatar as formas pelas quais agem os agressores e analisar as possíveis diferenças de gênero¹ e de realidades educacionais como variáveis da pesquisa. Utilizou-se um questionário adaptado de Olweus (1998) e Fante (2005) que nos permitiu constatar a existência ou não de situações em que os participantes teriam vivido como autores ou sofrendores de *bullying*, a frequência desses acontecimentos, os locais de incidência² bem como as formas de maus-tratos vividos. A pesquisa consistiu num estudo exploratório, com uma abordagem quantitativa dos resultados encontrados.

O segundo estudo realizado contou com a participação de alunos do quarto ao nono ano do Ensino Fundamental e do primeiro e segundo ano do Ensino Médio, totalizando 827 crianças e adolescentes entrevistados. O primeiro grande objetivo desta investigação realizada em escolas particulares da região de Campinas era saber, assim como na pesquisa anterior, se existiam casos de *bullying* nessas instituições, para que então se cumprisse um segundo objetivo: tratava-se de uma pesquisa de campo, com caráter também exploratório, que buscava propor uma forma de intervenção ao problema que poderia ser detectado durante a primeira etapa de diagnóstico.

Logo, o segundo passo a ser dado, após o mapeamento do problema apontado pelos alunos, seria o estabelecimento de metas e propostas de formação dos professores envolvidos. Isso para que se pudesse pensar em estratégias eficazes para a superação do problema e mesmo a formulação de um estatuto anti-*bullying* pelos próprios alunos, que trabalhariam com os dados do

diagnóstico realizado. Novamente, contamos com um questionário adaptado de Olweus (1998) e Fante (2005) em que crianças e adolescentes poderiam se referir à existência de situações de *bullying*, suas formas de ação, frequência desses fatos e os locais de tais ações.

Teriam, os alunos, problemas de relacionamento entre eles que não têm sido alvo de discussões e planejamento de intervenções da escola? Ou, em outras palavras: a escola estaria preparada para levar em consideração os problemas de origem afetiva e agir de forma a contribuir com a construção de personalidades mais equilibradas que não tenham a necessidade de menosprezar o outro para se sentirem com valor, ou de serem menosprezadas por outrem?

Não, seria a resposta, como veremos na apresentação dos resultados. Antes, porém, é preciso retomar um dos entraves que nos impossibilitou, como veremos, a continuidade e atendimento do segundo objetivo em questão, que consistia nas propostas de intervenção. Expliquemos: no questionário adaptado por nós resolvemos incluir uma pergunta que não seria relevante do ponto de vista do entendimento do fenômeno em questão, o *bullying*. Tratava-se de uma pergunta relacionada ao professor: você já foi ameaçado, menosprezado, diminuído, zombado, xingado, humilhado por algum professor? O viés encontrado nesta pesquisa parece-nos um dos mais urgentes pontos a serem repensados pela escola hoje, como veremos a seguir. Começamos apresentando os resultados encontrados em nosso primeiro estudo.

Resultados encontrados nos dois estudos

Primeiro estudo: o diagnóstico da realidade – escolas públicas e particulares em comparação.

Para cumprir os objetivos propostos, questionamos os participantes da pesquisa: “Você já agrediu, maltratou, irritou ou zombou de algum(a) colega seu(a)?”. Consideramos as alternativas sim e algumas vezes como respostas positivas como podemos constatar na figura a seguir:

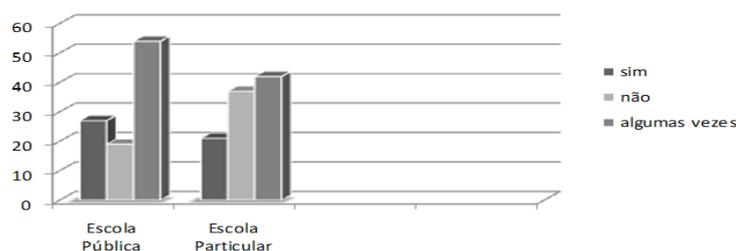


Figura 1 – Respostas para a incidência de maus-tratos segundo o autor

Até quando? *Bullying* na escola que prega a inclusão social

E ainda: “Você já foi agredido(a), maltratado(a), irritado(a) ou zombado(a) por algum(a) colega da escola?”

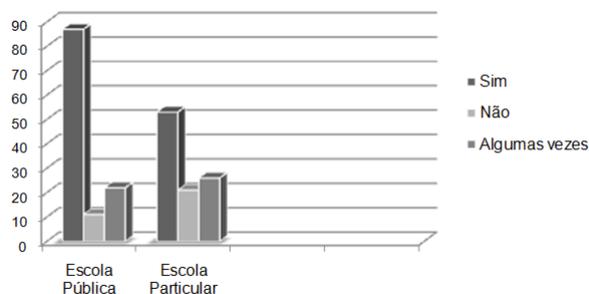


Figura 2 – Respostas para a incidência de maus-tratos segundo o alvo

Notamos que tanto quando nos referimos aos autores de *bullying* como aos alvos, os resultados encontrados são alarmantes: 27% e 21% desses 210 participantes dizem já ter agredido alguém na escola; 67% e 53% desses meninos e meninas afirmam já ter sido alvo de violência na escola. Ainda que não sejam considerados casos de *bullying*, os índices encontrados manifestam que há na escola uma triste realidade. Tomando em comparação a variável pública e particular, percebemos que a amostra da escola pública demonstrou um maior índice de agressão do que a amostra da escola particular em ambos os casos.

Vejamos agora que, para compreender se esses casos de violência em que estão submetidos nossos participantes podem ser caracterizados como *bullying*, uma das maneiras³ é tomar a frequência com que esses casos ocorrem no cotidiano das escolas. Apresentemos, portanto, tais dados enquanto autores e vítimas.

Para a pergunta: “Com que frequência você agrediu, maltratou, irritou ou zombou de seu(a) colega?”, temos os seguintes resultados:

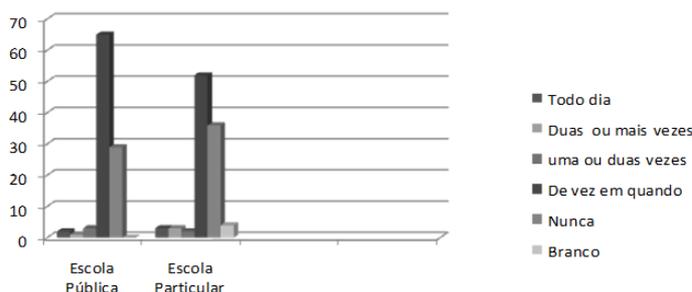


Figura 3 – Frequência da incidência de maus-tratos pelo autor

E para a pergunta: “Com que frequência você é agredido(a), maltratado(a), irritado(a) ou zombado(a) por esse(a) colega?”

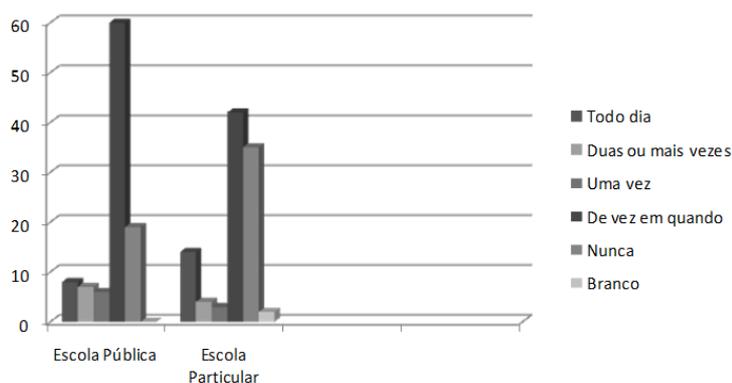


Figura 4 – Frequência da incidência de maus-tratos segundo o alvo

Encontramos uma porcentagem importante quando verificamos a resposta “de vez em quando”: 55% e 52% entre os autores e 60% e 42% entre os alvos nos conduz a pensar que há algo a se fazer.

Se então tomarmos os resultados da frequência dos alvos de *bullying*, veremos que 8% da amostra das escolas particulares e 14% das públicas representam meninos e meninas que sofrem intimidações e menosprezos diariamente. São praticamente 46 crianças entre aqueles que precisam de ajuda...

E quanto às formas de intimidação vivenciadas nas escolas? Quando questionamos sobre as maneiras pelas quais meninos e meninas se sentiam vitimizados, pudemos evidenciar os seguintes resultados, apresentados no quadro 1.

Até quando? *Bullying* na escola que prega a inclusão social

Quadro 1 – Tipos de vitimização encontrados

	Escola Pública	Escola Particular
Fazer ameaças	10%	3%
Colocar apelidos que incomodam	28%	12%
Fazer brincadeiras ou gozações que te deixem constrangido	23%	10%
Pegar seus materiais sem autorização	18%	9%
Esconder, quebrar, chutar seus materiais	8%	3%
Dizer coisas maldosas sobre você ou seus familiares	13%	7%
Fazer gozações por usar óculos, ser pequeno, alto, magro, gordo, ruivo	24%	9%
Pedir dinheiro ou fazer você pagar lanches, sorvetes, refrigerantes	11%	2%
Ficar irritando você	28%	13%
Dão chutes, cutucões, tapas, pontapés, rasteiras, socos	11%	5%

Notemos que, se temos como objetivo comparar os resultados encontrados entre escolas públicas e particulares, nossos dados apontam para índices bem maiores entre alunos de escolas públicas referindo-se aos tipos de maus-tratos constantes em seu cotidiano. Notemos também que, entre tais ações, podem se destacar aquelas que dizem respeito às questões psicológicas ou talvez morais: colocar apelidos, fazer brincadeiras que constrangem e irritar o outro são atitudes muito lembradas por nossos participantes. Voltaremos a uma discussão desses resultados. Passemos, por hora, à apresentação do segundo estudo.

Estudo 2: diagnóstico e intervenção em instituições educativas

O segundo estudo que nos propusemos a realizar dizia respeito a um diagnóstico da realidade de escolas particulares da região metropolitana de Campinas e, a partir deste, uma possível intervenção junto à comunidade educativa. Por certo, enquanto pesquisa com situação de intervenção, julgávamos que a partir do mapeamento dos problemas encontrados em salas de aulas de Ensino Fundamental e Médio os educadores, pais e alunos estariam sensibilizados ao problema que poderá ser elucidado.

Apresentaremos apenas um recorte das 40 questões que foram respondidas pelos alunos, sendo eles: 249 do Ensino Fundamental I, 377 do Ensino Fundamental II e 201 do Ensino Médio, totalizando uma amostra de 827 estudantes.

Tal recorte consiste em apresentar duas questões que tomamos depois por base para a segunda etapa, que indicaria o início de um processo de sensibilização para procedermos à etapa posterior de intervenção. Uma das perguntas que fizemos, como no estudo anterior, era a seguinte: “você já foi zombado, humilhado, ameaçado, constrangido por algum colega na escola?”

Os resultados encontrados para essa questão podem ser constatados com o auxílio da figura 5. Para análise desses dados, é preciso esclarecer que foram tomadas duas das possíveis respostas que mais se aproximavam da possibilidade de evidenciar-se o problema do *bullying* entre os participantes: às vezes e sim.

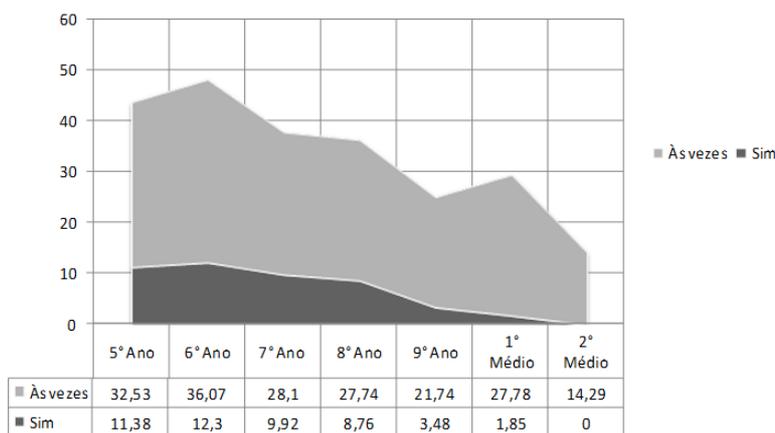


Figura 5 – Respostas para a pergunta: “Você já foi zombado, ameaçado, humilhado, desprezado, diminuído por algum colega?”

Quando questionados sobre já terem sido vitimizados por algum colega da escola, essas crianças e adolescentes nos apontam que já passaram por tais situações. Notemos no gráfico de área que há uma tendência à diminuição das porcentagens de respostas “sim” com o passar dos anos, até chegar ao segundo ano do ensino médio. Contudo, chamam-nos a atenção os escores referentes ao “às vezes”: 36,07% dos sujeitos dos quintos anos apontam já terem sido vitimizados.

Passemos agora à segunda questão que tomamos como referência para essa apresentação. Por ocasião da pesquisa, resolvemos inserir, como já exposto, uma questão que se referia a uma possível intimidação que os alunos

Até quando? *Bullying* na escola que prega a inclusão social

poderiam sofrer por parte do professor. Os resultados obtidos com essa questão promoveram uma surpresa bastante desagradável para quem estava disposto a pensar o problema entre os pares: haveria algo a mais – os alunos referiam-se a situações em que também foram humilhados, ameaçados, zombados por seus professores.

A figura 6 permite-nos chegar a tais conclusões.

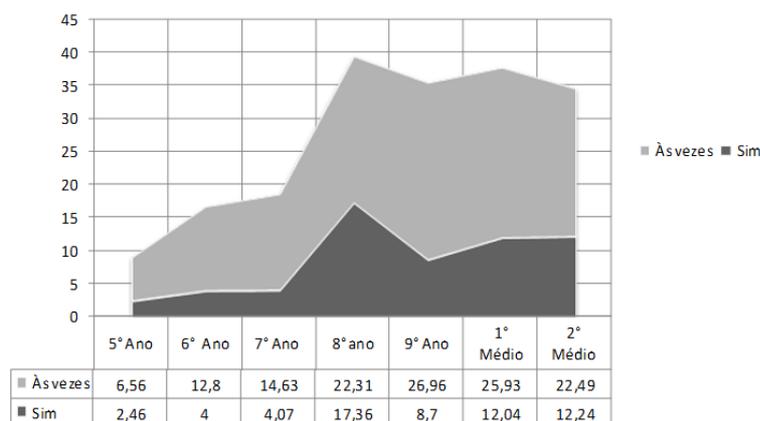


Figura 6 – Respostas para a pergunta: “Você já foi zombado, ameaçado, humilhado, desprezado, diminuído por algum professor?”

Fica evidente pela análise dos resultados encontrados que meninos e meninas, quanto mais evoluem para não considerar a regra em função da autoridade, e portanto, a não legitimar as ações da autoridade como sempre justas, mais apontam para uma violência escondida: o desrespeito advindo das figuras de autoridade. No nono ano as respostas atingem a maior expressão: são 26,96% de sujeitos que às vezes se consideram desrespeitados por seus professores.

As discussões que podemos traçar e os apontamentos futuros

Os resultados encontrados em ambos os estudos estão em consonância com aqueles já apontados por outros autores mundialmente reconhecidos (OLWEUS, 1998; DEL BARRIO et al., 2003; AVILÉS; CASARES, 2005; FANTE, 2005; PRODOCIMO, 2009; MASCARENHAS, 2009) e nos permitem afirmar que existe no cotidiano da escola uma violência silenciosa que acomete meninos e meninas, alvos de *bullying*, e que denota o fato de outros tantos meninos e meninas, autores de *bullying* também precisarem de ajuda para inverter uma hierarquia de valores que coloca a força, o poder, a virilidade, a intolerância à diferença como privilegiados.

No primeiro estudo, é possível constatar que na escola pública, ainda que com diferenças não muito significativas em relação à escola particular, é maior a ocorrência de casos de *bullying*. É possível inferir que educadores em geral, e em especial aqueles que atuam em instituições públicas, pouco sabem sobre formas de intervenção aos problemas de violência que assolam a escola. Por certo, o diagnóstico de tal realidade permite-nos confirmar a urgência de propostas que trabalhem a ética como um olhar ao outro que supere as diferenças.

Entretanto, vimos que as formas de ataque mais percebidas nesse cotidiano violento da escola não são em sua maioria materialmente explicitadas: são formas sutis de violência moral. Tal constatação leva a refletir sobre a natureza dos trabalhos que temos desempenhado em nossas escolas para educar moralmente nossos alunos: estamos, de fato, atentos à necessidade de construir com nossos meninos e meninas as regras que regulam uma convivência harmoniosa no interior da escola? Infelizmente, os dados do segundo estudo parecem, por dois motivos, contestar o que seria uma resposta afirmativa a essa questão.

O primeiro deles é fruto da observação de como ocorrem as regulações da convivência na maioria das escolas em nosso país.⁴ Temos regras e mais regras transcritas em regimentos de mais de 10 páginas em cada uma de nossas escolas. No entanto, serão elas regras que asseguram a legitimidade do valor do outro, do valor da convivência moral entre as pessoas? Infelizmente, não. E damos um exemplo que pode comprovar nossas conclusões: em determinada escola brasileira, encontramos em seu regimento a seguinte regra e consequente penalidade por seu não cumprimento: “Regra: fica proibido portar material que represente perigo à saúde, segurança, integridade física ou moral sua ou de outrem. Penalidade: advertência a repreensão e recolhimento do material.”

Trata-se de uma regra convencional que não implica a dignidade dos sujeitos. Se continuarmos observando o mesmo regimento desta escola, encontramos outra interessante regra e sua correspondente penalidade por seu não cumprimento: “Regra: fica proibido o uso de boné, toucas, chapéus e/ou similares. Penalidade: de repreensão a suspensão limitada de até 3 dias.”

Nosso leitor a essa altura pode deduzir: não será, nessa escola, melhor bater no colega do que utilizar um boné como adereço? Por certo, essa dedução correta nos leva a pensar a natureza das regulações que estabelecemos na escola: não damos às nossas crianças oportunidades de pensar que o desrespeito ao outro é pior do que o uso de bonés, brincos e demais adereços... Lamentável, pois segundo estudos, crianças ainda pequenas já conseguem perceber a diferença existente entre regras convencionais e morais, dando às últimas maior valor (TURIEL, 1993).

Até quando? *Bullying* na escola que prega a inclusão social

Meninos e meninas em nossas escolas convivem, e este é o segundo motivo, com uma violência velada, advinda daqueles que, teoricamente, deveriam inserir a criança e o adolescente no mundo da moral: seus professores. Mas vejamos, não são maneiras explícitas porque não nos damos conta de que as humilhações, as constantes exposições em que colocamos nossos alunos são formas de desrespeito. A intenção é sempre boa quando chamamos a atenção de um aluno dizendo ao restante da classe: “pessoal, é assim que se faz?” Ou quando dizemos, mesmo amigavelmente: “só podia ser você mesmo, não?”. Ou ainda, como nos conta com tristeza uma amiga que assistia à aula de certo professor que, num dado momento, visando obter atenção e “amizade” da turma, dirige-se a uma aluna vestida de roxo, cuja diferença em termos de massa corporal era notória (chamada literalmente de gordinha), dizendo: “Oi hematoma gigante”. O que dizer de situações como esta? O que dizer de outras tantas vexações que passam nossas crianças e adolescentes quando em aulas entediadas são colocadas para fora, ou de castigo, ou ainda submetidas a constrangimentos do tipo ser obrigado a copiar cem a duzentas vezes “devo me comportar em sala de aula”? (VINHA; TOGNETTA, 2008).

Não é surpresa, portanto, que não conseguimos desenvolver a segunda etapa da pesquisa citada: os professores envolvidos recusaram-se a reconhecer que suas metodologias estavam bastante diferentes de formas mais evoluídas de intervir moralmente.

Por certo, Terabítia⁵ não está distante desta realidade. Entretanto, tal reino encantado tem o que falta em nossas escolas: espaço para que meninos e meninas possam sensibilizar-se com suas diferenças, com aquilo que tem em comum, como fizeram Leslie e Jesse. Não é possível formar para a generosidade sem que os alunos possam falar entre si, sentar em grupos, discutir diferenças (LA TAILLE, 2002; VINHA; TOGNETTA, 2008; TOGNETTA, 2009). Terabítia, para aqueles que duvidarem, é a possibilidade de superação da condição de violência porque Leslie e Jesse reapresentavam tudo o que viviam. Lá, reelaboravam, falavam como se sentiam, falavam o que pensavam. E voltavam fortalecidos para os enfrentamentos da realidade.

Resta-nos a esperança de que, sem Terabítia, crianças e adolescentes encontrem, em nossas escolas, espaço para construir o que mais precisam para a superação do *bullying* e de tantas outras formas de violência: o auto-respeito.

Referências

ALMEIDA, A.; LISBOA, C.; CAURCEL, M. J. As explicações dos maus-tratos em adolescentes portugueses. Possíveis vantagens de um instrumento narrativo para a compreensão do fenômeno. **RIDEP**. Lisboa, Portugal, v. 19, n. 1, 2005.

_____. ¿Por qué ocurren los malos tratos entre iguales?: Explicaciones causales de adolescentes portugueses y brasileños. *Interamerican Journal of Psychology*. México: ano/v. 4, n. 2; p. 107-118, ago. 2007.

AVILÉS, J. M.; CASARES, I. M. Estudio de incidencia de la intimidación y el matrato entre iguales en la educación secundaria obligatoria mediante el cuestionario CIMEI, 1999. *Anales de Psicología*, v. 21, n. 1 (junio), p. 27-41, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Bullying na escola tem impacto no desempenho dos alunos**. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular.html> Acesso em 17/06/09.

DAVID, P., LAUREN L., HAL L., CSUPO G. Ponte para Terabítia. [Filme] Produção de Lauren Levine, Hal Lieberman e David Paterson, direção de Gabor Csupo. 2007, DVD vídeo/NTSC, 94 min., color, son.

DEL BARRIO, C; ALMEIDA, A; MEULEN, K; BARRIOS, A; GUTIÉRREZ, H. Representaciones acerca del maltrato entre iguales, atribuciones emocionales y percepción de estrategias de cambio a partir de un instrumento narrativo: SCAN- BULLYING. *Infância y Aprendizaje*, v. 26, n. 1, p. 63-78, 2003 .

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005. p. 91-213.

LA TAILLE, Y. Dimensões psicológicas da violência. *Revista Pátio*, Porto Alegre, ano VI, n. 21, maio/julho. p. 19-23, 2002.

MASCARENHAS, S. A. N. Bullying e moralidade escolar: um estudo com estudantes do Brasil (Amazônia) e da Espanha (Valladolid). In: **Anais do I Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral (COPPEM)**. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 2009.

NOGUEIRA, Rosana Maria C. Del Picchia. **Violência na escola**: em busca de definições. São Paulo: Psicopedagogia On Line, 2004. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1198017-5604,00-BULLYING+NA+ESCOLA+TEM+IMPACTO+NO+DESEMPENHO+DOS+ALUNO>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

OWEUS, D. **Conductas de acoso y amenaza entre escolares**. Madrid: Ediciones Morata, 1998

PRODÓCIMO, E. Agressividade na escola: conhecendo o fenômeno. In: **Anais do I Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral (COPPEM)**. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 2009.

TOGNETTA, L. R. P. Violência da escola X violência na escola. In: **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE e o III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas – CIAVE**. Curitiba: PUC, 2008.

TOGNETTA, CRUZ, G.; SOUZA, C. **O fenômeno bullying no ambiente escolar.** Texto não publicado. 2007.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Estamos em conflito: eu, comigo e com você! Uma reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas. **Escola, conflitos e violência.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. A construção da autonomia moral na escola: a intervenção nos conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. In: **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE e o III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas – CIAVE.** Curitiba: PUC, 2008.

Notas

- ¹ Neste artigo, não apresentaremos as análises dos resultados quanto à comparação entre gêneros.
- ² Também deixamos de apresentar tais resultados neste artigo.
- ³ A análise que por hora apresentamos pode ser considerada uma aproximação à evidência de casos de *bullying*. Para cumprir rigorosamente com esse objetivo, as respostas dadas ao questionário poderiam ser tomadas como um todo e analisadas conjuntamente, o que nos possibilitaria uma melhor evidência do problema em questão.
- ⁴ Para maiores discussões sobre a prática das regras na escola, ver Tognetta e Vinha (2007): *Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola.* Campinas: Editora Mercado de Letras.
- ⁵ Terabítia é o nome dado pelo personagem Leslie ao local do faz-de-conta, em que ela e o personagem Jesse visitam todos os dias para reapresentar sua realidade de maneira fantástica.

Correspondência

Luciene Regina Paulino Tognetta – Av. Florindo Cibin, 1532, apto. 13 bloco 1 CEP 13465-560. Vila Jones, Americana, São Paulo, Brasil.

E-mail: lrpaulino@uol.com.br

Recebido em 18 de junho de 2010

Aprovado em 09 de agosto de 2010